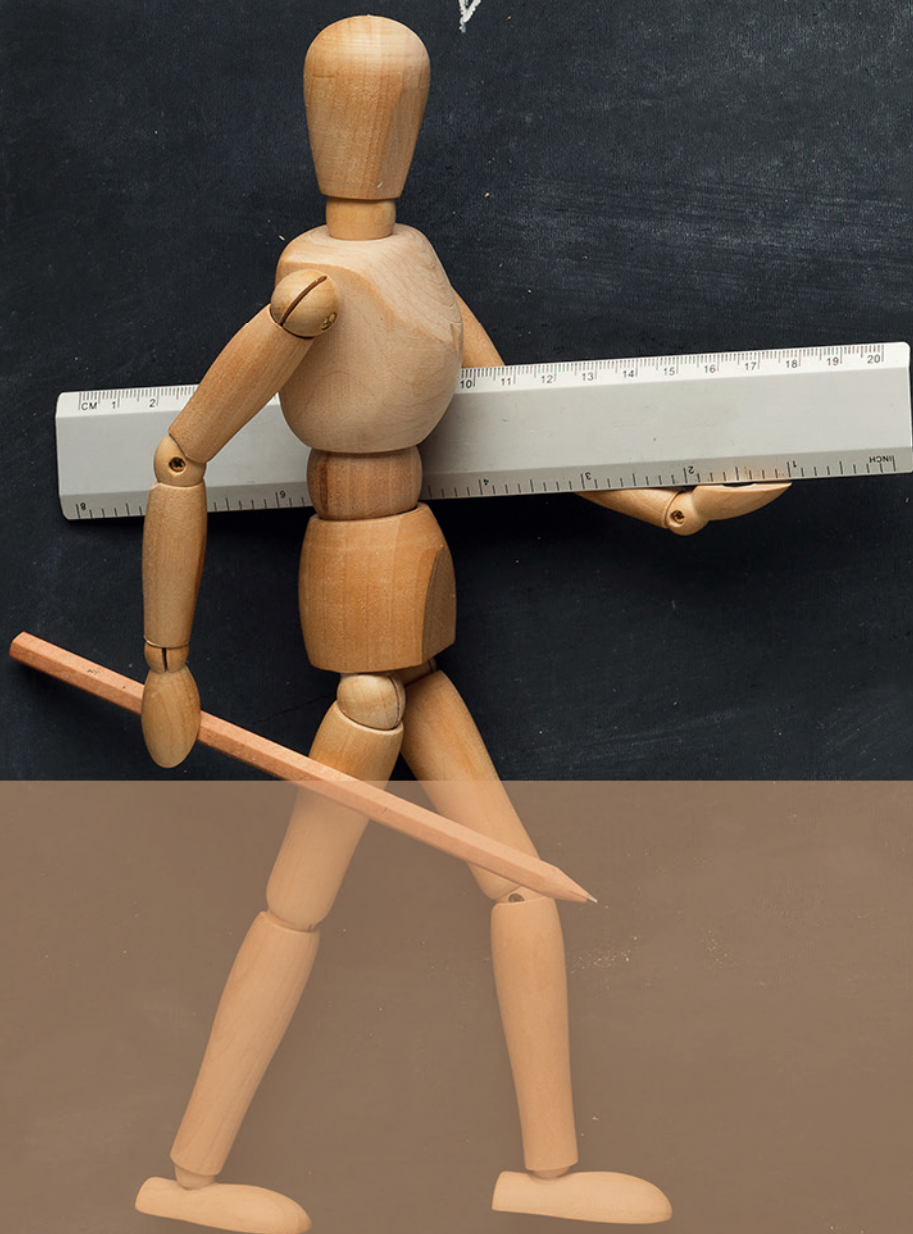
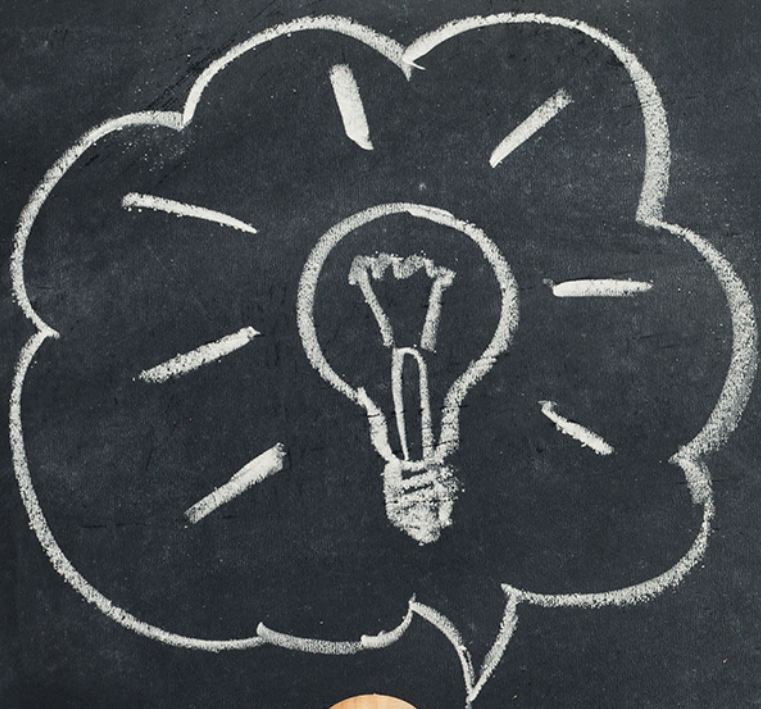


Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação
2**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819121	
CAPÍTULO 2	13
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819122	
CAPÍTULO 3	25
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819123	
CAPÍTULO 4	37
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenildo Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819124	
CAPÍTULO 5	49
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819125	
CAPÍTULO 6	63
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819126	

CAPÍTULO 7	73
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819127	
CAPÍTULO 8	81
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819128	
CAPÍTULO 9	93
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819129	
CAPÍTULO 10	96
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191210	
CAPÍTULO 11	100
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191211	
CAPÍTULO 12	111
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191212	
CAPÍTULO 13	126
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191213	
CAPÍTULO 14	143
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191214	

CAPÍTULO 15..... 154

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.97018191215

CAPÍTULO 16..... 161

POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA

Víviám Carvalho de Araújo

Núbia Schaper Santos

DOI 10.22533/at.ed.97018191216

CAPÍTULO 17 173

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)

Juliane Kelly de Figueiredo Freitas

Josanilda Mafra Rocha

Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.97018191217

CAPÍTULO 18..... 184

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

Tatiana Das Mercês

Michele Pazolini

DOI 10.22533/at.ed.97018191218

CAPÍTULO 19 198

POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Cristina Almeida da Silva

Márcia Häfele Islabão Franco

Fábio Yoshimitsu Okuyama

Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral

DOI 10.22533/at.ed.97018191219

CAPÍTULO 20 208

PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010

Eleuzzy Moni do Carmo Jesus

Rosemara Perpetua Lopes

DOI 10.22533/at.ed.97018191220

CAPÍTULO 21..... 218

QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

Mario Ruela Filho

DOI 10.22533/at.ed.97018191221

CAPÍTULO 22 234

QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

Zenilda Maria de Sousa Paniago

Maria Cecília Lorea Leite

DOI 10.22533/at.ed.97018191222

CAPÍTULO 23 243

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

Liane Vizzotto

Berenice Corsetti

DOI 10.22533/at.ed.97018191223

CAPÍTULO 24 251

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

José Ariosvaldo Alixandrino

Luciane Silva de Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.97018191224

SOBRE A ORGANIZADORA 260

CAPÍTULO 1

DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?

Sarah Nobrega

Universidade Federal do Paraná - UFPR
Curitiba-Paraná

Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa

Universidade Tuiuti do Paraná - UTP
Curitiba-Paraná

Constitucional 95 e a Reforma do Ensino Médio.
PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais.
Disputas políticas. Resistência

DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO – COMO SE DÃO?

RESUMO: O presente artigo é uma tentativa de compreender como as disputas políticas no interior do Estado fazem com que as políticas educacionais brasileiras se concebam da forma tais quais se apresentam. Um breve histórico de como a sociedade se comportou, de quais processos participou e de que maneira lutou, ajudarão a compreender qual a sua participação na política educacional brasileira, compondo uma percepção de quais forças estão envolvidas nessa disputa e quais forças prevalecem, sob a luz da teoria weberiana de poder. A fim de perceber o alcance das manifestações populares como forma de resistência, observadas através de sua apresentação na mídia televisiva, será realizada uma análise das reportagens apresentadas no Jornal Nacional, da TV Globo, no período de outubro e novembro de 2016, com vistas a perceber de que forma foi lido pela mídia e apresentada à sociedade os protestos imprimidos pela sociedade civil organizada no final do ano de 2016, em protesto à Emenda

De acordo com o sociólogo alemão Weber, a política seria a saída para que as pessoas não se degladiassem ao lutar por diferentes interesses, de forma que tirando a política sobraria apenas a guerra. Assim, a política seria a forma salutar de conciliar os diferentes pontos de vista, num jogo de ganhos, perdas e conciliações, o qual envolve poder e dominação.

Vozes da luta

Que vozes estão na luta?

Quem os vê, quem os escuta?

Qual a arma que defende?

Sua pauta na agenda?

No século XIX, as relações de poder já intrigavam Weber, que buscava entender por qual motivo uma pessoa consegue impor, mesmo sob resistência, sua vontade aos demais. Weber (1994) identificou três tipos ideais ou puros de dominação, a tradicional (com base nos costumes, na tradição), a

carismática (com base no carisma pessoal do líder) e a racional-legal (com base nas normas legais, estatutos), os quais, muitas vezes se apresentam de forma híbrida. Estes tipos de dominação nos ajudam a compreender as relações que se estabelecem entre as pessoas e a conseqüente relação na predominância das decisões. Todavia, na política, não há apenas uma força unilateral, há uma disputa constante de poder e uma política pública é fruto das diversas forças que tensionam o Estado, através dos atores políticos. Com vistas à ampliação de políticas que defendam e beneficiem a bandeira pela qual lutam, os atores políticos pressionam de diversas formas na tentativa de colocar sua pauta na agenda política. Não são somente os políticos, parlamentares ou burocratas que atuam como atores políticos, a sociedade também se constitui desta forma à medida que os diversos segmentos da sociedade se agrupam em prol de uma causa, dando origem à sociedade civil organizada. Esta é a parcela da sociedade civil constituindo-se e organizando-se como força política na busca de soluções para os conflitos sociais. Segundo Bobbio, a sociedade civil é a base de todas as relações de onde emanam os conflitos que demandam soluções políticas, às quais o sistema político está chamado a responder.

Segundo Marshall (1967), o sujeito se constitui político ao exercer sua cidadania desde que tenha condições de exercê-la. Para que exista uma participação cidadã, para que seja possível o exercício da cidadania, são indispensáveis, todavia insuficientes, os instrumentos democráticos formais de participação. Assim, em 1967 já está Marshall em defesa de instrumentos democráticos para a participação social. No Brasil, a democracia é princípio constitucional e a Gestão Democrática da Educação figura na constituição brasileira desde 1988. Entretanto, a legislação brasileira ao disciplinar a matéria não estendeu a Gestão Democrática para além da gestão pedagógica, assim, a democracia se manteve no campo de atuação da escola, talvez daí uma maior dificuldade de manter-se um compromisso sem ações estabelecidas a este respeito, pois, “pensar democracia exige pensar as possibilidades reais de sua realização” (Souza, 2009, p.128). Ainda segundo Souza (2016), houve experiências e movimentos que tensionaram para e/ou promoveram maior democratização da gestão da educação, como a pressão na Conferência Nacional de Educação para Todos (1994) e os Congressos Nacionais de Educação (Coned), especialmente o I e II (1996 e 1997) e mais recentemente a Conae (2009 e 2010). Estas obtiveram grandes conquistas quanto a participação democrática nas políticas educacionais, contudo, esta última é historicamente a maior experiência democrática que tivemos área da educação.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A muito tempo o debate sobre a educação tem sido buscado pela sociedade,

entretanto, nem sempre foi possível. Em 1932 tivemos o Manifesto dos Pioneiros, movimento dos intelectuais da época em defesa de uma educação pública, única, laica, obrigatória e gratuita. Tal movimento, que se pode dizer ter partido da sociedade em busca de um debate com o governo, não obteve avanços palpáveis por consistir em um documento que não apresentava ações concretas, apenas concepções que não chegavam a caracterizar um plano nacional de educação. Cinco anos depois, há um movimento no sentido oposto, partindo do governo, a fim de disciplinar a educação brasileira, que deu origem ao Código Brasileiro de Educação, documento detalhista e extenso, que acabou não sendo aprovado e foi abandonado. Somente em 1962 tivemos o primeiro Plano Nacional de Educação, que foi elaborado pelo Conselho Federal de Educação e entregue ao Ministro Darcy Ribeiro. Tão logo, o plano foi interrompido pelo período de ditadura, no qual a educação não se pautava em planos nacionais de educação e sim, em planos de governo. Até então, não havia qualquer discussão mais ampla a respeito do espaço da educação no cenário nacional.

Em 1993, mais de 30 anos depois, há a primeira discussão em tons democráticos a respeito da educação. O Ministério de Educação elaborou um projeto para discussão com a sociedade, com vistas à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, em um movimento que retomava o debate e o planejamento educacional para o campo da educação, após o período da tecnocracia da ditadura militar. (Souza, Tavares, 2014). Embora se reconheça o avanço na tentativa de democracia do governo, a participação da sociedade se dá de forma restrita, apenas representantes de alunos, familiares, professores, trabalhadores de escola, através de escolha nas próprias escolas, puderam participar da discussão, deixando de lado a participação formal da sociedade civil organizada, embora conseguisse ainda a Confederação dos Trabalhadores na Educação (CNTE) mesmo que indiretamente, fazer parte do processo. Como afirma Souza (2016) o plano era, na verdade, um acordo entre sociedade e Estado e nunca foi aprovado em forma de lei, caindo no esquecimento. A não participação da sociedade civil no processo provavelmente tenha contribuído para sua falta de cobrança quanto a sua execução. Souza (2016) identifica que “há, por parte dos governantes, uma preocupação quando a população se aproxima dos espaços de poder, o medo de tornar-se ou ser visto como menos protagonista do conteúdo das políticas o faz querer controlar os processos para evitar perda de poder”.

Em 2001, a sociedade civil organizada chama o Estado para discussão ao dar início à construção do Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação (CNE). A sociedade atuou e conseguiu no processo conquistas importantes como o percentual de investimento em educação a partir do cálculo do produto interno bruto (PIB). O Plano, que ficou conhecido como “proposta da sociedade brasileira”, foi convertido em Projeto de Lei (PL) na Câmara e virou discussão no legislativo. Entretanto, conforme afirma Souza (2016), “as correlações de forças e dominância política no Congresso Nacional facilitaram a aprovação de um plano em formato muito mais próximo ao que desejava o governo federal de então e, por isso, muito distante

do que apontava a proposta elaborada pela sociedade”. Com metas importantíssimas quanto ao financiamento vetadas pelo governo, somado a falta de controle e fiscalização, o plano pouco se efetivou.

Na sequência, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consistia mais em roteiro de ações apresentado pelo governo, das quais muitas já existentes, do que plano propriamente dito. No ano de 2009, apesar de não consistir em obrigação legal, o governo federal propõe e encaminha a Conferência Nacional de Educação (Conae), como mecanismo democrático de participação da sociedade. A Conae foi realizada entre os anos de 2009 e 2010 e dela participaram cerca de 400 mil pessoas, constituindo-se assim em um democrático espaço de disputa política na área da educação. As pessoas envolveram-se tão intensamente na criação do Plano Nacional de Educação que a participação não se restringiu a Conae, a sociedade participou ativamente de todo o processo, acompanhando sua tramitação na Câmara e no Senado e, inclusive, ocupando diversas vezes a esplanada dos Ministérios em Brasília, organizados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE e a UNE. A versão final do plano, aprovada em fim no ano de 2014, contemplou propostas importantes da Conae, mas também diferiu bastante da idealizada. Mas como avalia Souza (2016) “a sociedade tensionou e buscou caminhos para politicamente intervir no processo de construção do plano. É por conta desta leitura que nos parece que a realização da Conae talvez tenha sido a sua principal contribuição”.

O CENÁRIO

Tão recente seja a conquista, através do processo mais democrático que tivemos, sob a justificativa de uma política de contenção de gastos, que o atual governo, do presidente Temer, optou por um Novo Regime Fiscal, apresentado por meio do Projeto de Emenda Constitucional 241/16, conhecido por PEC 241, hoje Emenda 95 à Constituição. Tal emenda estabelece um teto para os gastos do governo nas áreas primárias pelos próximos 20 anos. Assim, a educação, que até então um piso garantido por lei de 18% dos impostos da União, passa a ter os investimentos estabelecidos com base na correção da inflação. O conflito se dá pelo fato da emenda inviabilizar um plano, democraticamente construído, sem ter havido um debate à altura da sua complexidade e dos seus impactos sobre as políticas públicas. A exemplo, a meta 20 do PNE, agora inviabilizada, que consistia em uma das maiores conquistas do plano, a garantia de investimento na educação.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.(BRASIL, 2014).

Estes motivos fizeram com que a população mostrasse seu descontentamento através de redes sociais, das greves e passeatas, promovidas pela sociedade civil organizada, e de novas formas de pressão social. Durante a tramitação do processo no Senado, a consulta pública no portal apontava para a discrepância dos números que indicavam 23.770 a favor da emenda e 345.718 contra, totalizando um total de 91% de rejeição popular. Entretanto, em pesquisa encomendada ao Ibope pelo MEC, a aprovação da PEC foi de 59%. A pesquisa realizada entre os dias 30 de outubro e 6 de novembro, ouviu um universo de 1,2 mil pessoas. É importante destacar que a pergunta feita foi “A PEC 241 ou PEC do Teto de Gastos é uma iniciativa que tem como objetivo limitar as despesas do governo federal. O senhor aprova ou desaprova essa iniciativa?”. É importante notar que a pergunta não remete a falta de investimento e congelamento por 20 anos, assim, é possível que muitas pessoas tenham respondido a questão baseando-se apenas no enunciado dela, fixando-se em “limitar gastos do governo”.

Somado a isso, já nos primeiros meses de governo, apresentou-se a Reforma do Ensino Médio como medida provisória (a MP 746). Mudanças como tornar disciplinas eletivas (artes, educação física, filosofia e sociologia) as quais hoje obrigatórias, instituir o notório saber e aumentar a carga-horária do ensino médio, ganharam rapidamente a internet, gerando diversos protestos. A MP também provocou conflito por outro motivo, a forma de instauração do processo. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu que a matéria não apresentava os requisitos de relevância e urgência para edição de medidas provisórias, além de ferir diversos princípios constitucionais. Ao ser apresentada como medida provisória, é excluído da sociedade o debate, fato que dividiu as opiniões no legislativo. A exemplo, a crítica de Izalci Lucas (do PSDB), pela Agência Camara Notícias, “Dizer que não é relevante e não é urgente? Uma avaliação recente de 2016, que gerou a emissão da medida provisória, foi a avaliação do Ideb. O resultado do Ideb de 2016 equivale ao de 1997, ou seja, foram duas décadas perdidas”. O deputado citou ainda a posição do Brasil em 65º lugar, entre 70 países avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Destaque-se aí, mesmo que de forma indireta, a influência internacional na política educacional brasileira, que não vem a ser objeto deste artigo, mas não deve passar despercebido por ele. Os agentes internacionais (ONU, OMC, UNESCO, Banco Mundial, FMI) não podem ser descartados ao se analisar as políticas educacionais de um país, tão forte seja a influência da globalização na atualidade. Dale (2004) afirma que organizações internacionais, as quais teoricamente imparciais, ao apresentarem os resultados de suas pesquisas sobre a educação, da forma como são apresentados, tendem a disseminar ideologias que pretensamente sugerem uma padronização do currículo.

Já Ivan Valente (do PSOL), ressaltava que “O procurador determinou que não há urgência num tema como esse, que significa a exclusão total da participação da sociedade civil no debate educacional brasileiro, feito a toque de caixa”. Assim, o fato

da MP, hoje atual lei ordinária 13415/2017, não ter sido discutida democraticamente sendo imposta pelo governo, não quer dizer que tenha sido um processo consensual, sem disputas. Durante a sua tramitação, a MP recebeu 571 propostas de emendas, das quais 90 foram acatadas. Na Câmara, a MP foi aprovada com 263 *votos* favoráveis e 106 contrários. Já no Senado, o texto foi aprovado por 43 votos a 13. Enquanto tramitava no Senado, a consulta pública no portal apontava 4.550 aprovações populares contra 73.559 desaprovações, quase 94% do total de votos.

AS ARMAS

Várias formas de manifestação movimentaram os estudantes na luta pela educação durante muitos anos, entretanto, uma recente tem se consolidado cada vez mais como instrumento de luta, trata-se das ocupações. Segundo Gohn (2016):

Desde as ações dos estudantes de Direito na fase do Brasil Império, passando pelas lutas estudantis dos anos 60, pelas Diretas Já de 1984, pelos Caras Pintada de 1992, até a UNE atual, e as novas formas de ação, com ocupações em órgãos administrativos da universidade, ou as ocupações de escolas por estudantes do ensino médio, os estudantes são atores políticos relevantes no Brasil. (GOHN, 2016, p.2)

No ano de 2008, os estudantes movidos pela revolta causada pelas denúncias na mídia sobre corrupção do reitor da Universidade de Brasília (UNB), amplamente divulgada na mídia, decidiram ocupar a universidade, dando início e firmando uma nova forma de resistência. Em São Paulo, o movimento estudantil foi às ruas e ocupou escolas para denunciar a medida opressiva e arbitrária do governador Alckmin, que decidiu fechar escolas e promover uma reorganização escolar. O movimento saiu vitorioso com a queda do secretário de educação, Herman Voorwald. Ainda no auge das ocupações em São Paulo, os estudantes de Goiás passaram a promover ocupações contra a militarização e a terceirização da gestão das escolas no Estado e também em Goiás o movimento conseguiu vencer. Dessa forma, as ocupações se consolidaram como estratégias de luta, por imprimir forte resistência, e os estudantes, subverteram seu papel social de alunos, se firmando como importantes agentes nas disputas das políticas educacionais.

O contexto político-social do ano de 2016 colocou em xeque muitas conquistas sociais gerando uma onda de protestos que tomou conta de ruas, praças, avenidas e principalmente... das escolas! Assim, os estudantes deram início ao processo de ocupação, de modo que, durante este período, foram tomadas 1197 escolas por todo o Brasil. Durante o período de ocupação, os alunos instalaram-se nas escolas, pintaram muros, discutiram os acontecimentos, fizeram cartazes, vídeos, propuseram atividades, as quais ricas de significado, promoveram o aprendizado e uma concreta experiência de cidadania, ressignificando o espaço escolar. Ao impedir que as atividades

escolares transcorressem de forma normal, enquanto os diretamente afetados com as ações permaneciam alheios ao processo, os estudantes chamaram a atenção para a necessidade de discussão e participação da sociedade nas decisões políticas.

A LUTA

O movimento de ocupação das escolas, construído pelos estudantes, buscava chamar a atenção da mídia para a causa e ganhar apoio, aumentando a pressão popular e coibindo as ações do governo. Assim, buscamos analisar qual alcance teve o movimento estudantil na mídia brasileira no período. Para tal, escolhemos uma emissora e acompanhamos as notícias a respeito da ocupação ou demais manifestações de protesto durante todos os dias dos meses de outubro e novembro, período mais intenso das ocupações. A emissora escolhida foi a Rede Globo, uma rede de televisão aberta brasileira. A escolha se deu pelo motivo da emissora ser a segunda maior rede de televisão comercial do mundo, atrás apenas da norte-americana American Broadcasting Company (ABC). A mesma alcança cerca de 99,55% da população brasileira. Segundo a referida emissora, seu sinal chega a 5.490 cidades, 98% dos municípios, alcançando uma média de 170 milhões de telespectadores brasileiros. Está presente em mais de 100 países através da Globo Internacional, sendo assistida por 300 milhões de pessoas em todo o mundo. Um dos maiores líderes de audiência da emissora é o Jornal Nacional (JN), um telejornal brasileiro, no ar desde 1969. Exibido de segunda-feira a sábado, a partir das 20h30, é o telejornal mais assistido do país, tendo acumulado diversos prêmios. Por este motivo, utilizamos o Jornal Nacional como forma de analisar a repercussão na mídia do movimento de luta e resistência dos estudantes secundaristas, a chamada primavera estudantil.

Durante o mês de outubro, não havia sido apresentada nenhuma reportagem sobre as ocupações no telejornal, que já chegavam a cerca de mil escolas em todo o Brasil, até que o movimento tomou tamanha dimensão, chegando a seu ápice com a presença da estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, na Assembleia Legislativa do Paraná no dia 26/10/2016. A estudante fez um discurso marcante por cerca de 10 minutos em defesa da legitimidade das ocupações de escolas no Paraná. “Nós sabemos pelo que nós estamos lutando. A nossa única bandeira é a educação. Somos um movimento apartidário. Nós nos preocupamos com a sociedade e com o futuro do país e é por isso que nós ocupamos as NOSSAS escolas.” O discurso fez tamanho sucesso na internet e chegou a ser notícia inclusive em revista internacional, Forbes, com a reportagem “Nas últimas 24 horas, o Brasil foi apresentado ao que muitos brasileiros acreditam que é a mais promissora voz ouvida em muitos anos”.

Devido a grande repercussão do fato e a visibilidade que ganhou o movimento, o telejornal noticiou o assunto, entretanto, não mencionou a presença da estudante na Câmara Estadual. A reportagem relacionava o movimento à necessidade de a justiça

eleitoral ter que alterar os locais de votação para o eminente processo eleitoral. Nesta exibição, apresentada no dia 26/10/2016, a chamada da reportagem era “Estudantes ocupam quase mil instituições de ensino no país”. A reportagem menciona que eles protestam contra reforma do ensino médio e PEC do teto de gastos, mas nem todos os estudantes e pais apoiam as ocupações. Na reportagem foram entrevistadas 5 pessoas, das quais 2 (o presidente da UBES e um pai de estudante) eram a favor do movimento e 3 (2 estudantes e 1 pai de estudante) eram contra. Na fala do repórter há destaque para o número de eleitores atingidos e a necessidade de proteção policial para segurança: “Por conta das ocupações, a Justiça Eleitoral do Paraná alterou 205 locais de votação para o segundo turno das eleições - que no estado serão realizadas em três cidades. A mudança atinge 700 mil eleitores. Tropas federais vão reforçar a segurança nesses municípios no domingo (30)”.

Já o mês de novembro, as ocupações dos secundaristas figuraram em 4 reportagens, todas elas relacionando o movimento ao fato de alunos não poderem realizar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) devido as ocupações.

Na primeira reportagem, a Edição do dia 01/11/2016, a chamada era “Ocupação de escolas adia prova do Enem para mais de 190 mil alunos”. O jornalista expõe que há 304 locais de prova ocupados por estudantes em 19 estados e no DF. É exibida uma fala rápida de dois estudantes, um estudante da ocupação a favor e uma de fora, contra. É apresentada ainda uma fala da presidente do Inep, Maria Inês Fini, se pronunciando sobre os jovens que, na época, deixaram de fazer a prova e foram avisados pelo Inep por SMS e ainda sobre os gastos que serão acarretados ao governo diante da realização de uma nova etapa do prova.

Lamentavelmente vai ter que ser o próprio Governo Federal. Não temos como imputar a responsabilidade, principalmente para fazer a cobrança deste custo absurdo que vamos ter que assumir. Não há possibilidade de imputar um jovem uma responsabilidade como essa. (JORNAL NACIONAL, 2016)

Na segunda reportagem, edição do dia 04/11/2016, tem-se a notícia de que “Sobe para 240 mil o número de candidatos que terão Enem adiado”. Esta reportagem chama a atenção para os números que aumentaram:

São 364 escolas em 18 estados e no DF que ainda estão ocupadas ou que não foram desocupadas no prazo que foi dado pela MEC. Estes alunos protestam contra a PEC do teto dos gastos e contra a reforma do ensino médio. Por causa disso, 240.304 estudantes tiveram as provas adiadas para os dias 3 e 4 de dezembro. (JORNAL NACIONAL, 2016)

Na terceira reportagem, edição do dia 07/11/2016, o JN traz a chamada “Enem: governo quer que entidades estudantis paguem R\$ 15 milhões”. O jornal informa que o Ministro da Educação pretende processá-las por incentivar ocupações, pois elas teriam impedido a realização de provas do Enem em 405 locais. Informa ainda que 271.000 estudantes terão que esperar por quase um mês para fazer as novas provas

nos dias 3 e 4 de dezembro. Na reportagem, a presidente do Inep entrevistada refere-se aos estudantes da ocupação como uma minoria, possivelmente manipulada, que pode prejudicar os demais. Nas palavras dela, “Eu lamento profundamente que esse grupo pequeno de estudantes, muitas vezes manipulados por outro tipo de interesses, possam prejudicar essa grande maioria”. É informado ainda que, segundo pesquisa do Ibope, entre 26 de outubro a 6 de novembro, a Reforma tem 72% de aprovação entre os entrevistados. É importante destacar que a pesquisa foi encomendada pelo MEC ao Ibope e a pergunta feita aos entrevistados era “O senhor é a favor ou contra a reformulação do ensino médio que, em linhas gerais, propõe ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular e o profissionalizante, define as matérias que são obrigatórias, entre outras ações?” Destacam-se aí palavras usadas na pergunta como “propõe ampliação, permite ao aluno” podendo estas influenciar ou induzir quem não tem muito conhecimento da matéria tratada. Ressaltando que a maior aprovação, 78%, dá-se no grupo de 55 anos ou mais, ou seja, no grupo que menos acessa as redes sociais e informa-se prioritariamente através de telejornais. Na quarta reportagem, a edição do dia 08/11/2016, o repórter destaca para o fato das ocupações levarem 271.000 pessoas a adiar a prova do Enem. A reportagem apresentava imagens de uma adolescente chorando por não realizar a prova e um pai discutindo com os ocupantes. Também foi apresentado um pronunciamento do presidente Temer sobre as ocupações, o qual criticava a forma da manifestação e sugeria que os ocupantes não sabiam pelo que protestavam, explicitando aí uma tentativa de desconstrução do movimento estudantil.

O que menos se faz hoje é respeitar as instituições. Isso cria problemas. O direito existe exatamente para regular as relações sociais. Hoje ao invés do argumento oral, do argumento intelectual, ou que não seja intelectual, mas o argumento verbal, usa-se o argumento físico, a pessoa vai e ocupa não sei o quê, bota pneu velho e queima estrada para impedir trânsito. Eu vi uma entrevista, uma ocasião “desses que ocupam”. Mas você sabe o que é uma PEC? PEC é proposta de ensino comercial. (JORNAL NACIONAL, 2016)

Mais duas reportagens ainda citaram o movimento de ocupações, não de forma direta, mas de maneira que se remete a ele devido aos problemas no Enem causados pela ocupação. Foram as reportagens do dia 02/11/2016, com manchete sobre “Procurador entra na Justiça para tentar suspender a prova do Enem” onde o mesmo alega que adiamento do exame apenas para uma parte dos alunos pode prejudicar a isonomia e, ainda, a edição do dia seguinte, 03/11/2016, onde “Justiça nega pedido de adiamento do Enem para todos os inscritos”. Segundo o apresentador, somente 191.000 candidatos vão fazer as provas nos dias 3 e 4 de dezembro e isso aumentou muito os motivos de preocupação para eles. Na fala do apresentador “Meses, às vezes anos de preparo. Fins de semana sacrificados, férias. Os alunos de uma escola abriram mão de muita coisa só para se dedicar ao Enem, e não gostaram nada de saber que agora vão ter concorrentes com mais tempo de estudos do que eles”.

Quanto ao dia da votação da PEC no Senado Federal, foi noticiado que “Protesto contra PEC dos gastos tem quebra-quebra e carro queimado”. Na reportagem, a apresentadora informa que a proposta que estabelece um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos será votada no mesmo dia e que houve protestos na Esplanada dos Ministérios contra o projeto. São destacados apenas atos de vandalismo dos manifestantes.

Eram 10 mil manifestantes, segundo a Polícia Militar. Um carro de reportagem da TV Record foi virado e manifestantes, alguns encapuzados, invadiram o prédio do Ministério da Educação, provocando quebra-quebra. Um outro grupo chegou a botar fogo em um carro estacionado no local. Oito pessoas foram presas. (JORNAL NACIONAL, 2016)

Em nota apresentada no telejornal, o presidente Michel Temer disse que repudia o vandalismo, a destruição e a violência de parte dos manifestantes.

Não houve, no período analisado, nenhuma reportagem diretamente sobre o movimento, mas sim, a partir deste. Não há reportagens que explorem o movimento de ocupação de escolas pelos estudantes, mostrando pelo que lutam ou de que forma lutam. As reportagens superficiais que envolviam as ocupações, ensejavam o transtorno ao processo eleitoral e à aplicação da prova do Enem, causadas pelo movimento. Em meio a parte da programação destinada a reportagens como “Marcha de Zumbis reúne monstros em São Paulo” (em 02/11) ou “Fãs fazem fila para show de Justin Bieber no Rio de Janeiro” (em 04/11), acontecimentos político-sociais acabaram ficando de fora ou ganhando um espaço minoritário em meio a programação. A emissora foi diversas vezes criticada nas redes sociais, mas mesmo assim o movimento, pela proporção que apresentou, não chegou a ganhar o espaço que deveria. Em contrapartida, nas redes sociais, o movimento crescia e ganhava força a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, a política educacional brasileira foi marcada por movimentos de fragmentação e descontinuidade, devido a períodos ditatoriais. Apesar de o princípio da democracia figurar na constituição de 1988, a primeira experiência democrática e com ampla participação que se provou, em termos de educação, aconteceu no ano de 2009/2010, através da Conae, do qual é fruto o PNE (2014 - 2024). Este, garantia muitas conquistas à educação, dentre elas, um maior investimento a fim de que se pudesse concretizar as metas definidas para a educação. Além de sua implantação ter sido postergada por 3 anos, foi recentemente interrompido pelo novo regime fiscal definido pelo governo federal, que inviabilizou suas metas devido a regulação de recursos. O fato de a sociedade ter sido alijada do debate fez com que a sociedade civil organizada promovesse diversas formas de enfrentamento às reformas e descobrisse novos instrumentos de luta, que embora não tivessem atingido o efeito almejado,

promoveram um processo de fortalecimento social e aos manifestantes contribuíram para sua formação política, preparando-os para disputas futuras. Novos instrumentos de luta revelaram-se durante este embate, entre eles a mídia televisiva, que ao ter sua neutralidade questionada, põe em xeque seu papel de veículo de informação, assumindo um papel de formadora de opinião. Questões como “Instrumento de quem? Utilizado para que?” emergem a medida que se amplia o debate. Outro ponto desvelado é que a dinamicidade de instrumentos novos que emergem como o inegável alcance das redes sociais e seu inigualável poder de articulação e informação, destituem, ainda que de maneira tímida, o poder da mídia, fazendo com que a própria política se reinvente a cada experiência perscrutada. Debater as políticas é um movimento necessário, saudável e é enriquecido à medida que se amplia o debate. Discutir o movimento social organizado, o sentido de justiça social e a perspectiva de direito à educação em pauta, bem como, o sentido das proposições e ações do poder público, tem qualificado o debate e levado a construir novos patamares na discussão.

O texto buscou jogar luz à necessidade de se discutir instrumentos democráticos de participação social nas políticas educacionais brasileiras. Em meio ao movimento de luta, o que emerge é a teoria weberiana de poder, pois, apesar do vigoroso embate entre governo e sociedade, as políticas são impostas mesmo sob fortes protestos sociais. O motivo pelo qual a sociedade se sujeita a elas é a dominação racional legal, a qual permite que o sujeito imponha sua vontade, mesmo encontrando resistência, baseado numa legislação que o sustenta. O Estado, através do monopólio da violência e uso legítimo da força, consegue conter as manifestações a ponto de dissipá-las e dar andamento as suas estratégias. Entretanto, a sociedade em um processo dinâmico, busca métodos através dos quais possa manifestar-se sem ter suas ações reprimidas sob justificativa de manutenção da ordem. A exemplo e para finalizar, o trecho da fala da estudante secundarista Ana Júlia Ribeiro, durante sua participação na Comissão dos Direitos Humanos no Senado Federal.

Nós vamos desenvolver métodos de resistência, pacíficos e que valorizem o movimento estudantil, que provem tudo isso que estamos falando: que nós somos estudantes pelos estudantes, que nós somos pacíficos, e que nós vamos continuar pacíficos. Nós vamos desenvolver métodos de desobediência civil. Nós vamos levar a luta estudantil para frente Nós vamos mostrar que não estamos aqui de brincadeira, e que o Brasil vai ser um país de todos. (SENADO FEDERAL, 2016)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**; tradução Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982

CONSULTA PÚBLICA PEC 55/2016. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>

CONSULTA PÚBLICA MPV 746/2016. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=126992>

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade**. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>

IBOPE: **72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da PEC do teto**. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/ibope-72-aprovam-reforma-do-ensino-medio-e-59-sao-a-favor-da-pec-do-teto>

JORNAL NACIONAL. nov. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<http://g1.globo.com/jornal-nacional/>

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

REDE GLOBO. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<http://www.robetomarinho.com.br/obra/tv-globo.htm>

SENADO FEDERAL. **Ata da 93ª reunião (extraordinária) da comissão permanente de direitos humanos e legislação participativa**. Acesso em 06/03/2017. Disponível em: <http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=a4400713-787e-4b78-baa9-c883227f132d;1.1>.

SOUZA, Ângelo Ricardo (2009). **Explorando e Construindo um conceito de gestão democrática**. Educação em Revista. V.25, n.3, pp 123-140, dez. 2009

SOUZA, A. R; Tavares, T. M. (2014). **A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.30, n.2, maio-agosto de 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Políticas de democratização da Gestão Educacional no Brasil: experiência e expectativa com o novo Plano Nacional de Educação**. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/download/3618/2056>.

SOUZA, Camila. **Parecer de Janot contra MP do ensino médio divide opiniões**. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/521668-PARECER-DE-JANOT-CONTRA-MP-DO-ENSINO-MEDIO-DIVIDE-OPINIOES.html>

UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações. Acesso em 06/03/2017. Disponível em:<https://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/#sthash.IRm7gLcg.dpuf>

WEBER, Max. **Economia e sociedade** – vol. 1. Brasília: Ed. UnB, 1994.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970